

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária Virtual da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)

Data e Horário: 06 de dezembro de 2021, das 14h30 às 18h30.

Local: Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por videoconferência, a
2 Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua reunião
3 ordinária, com a presença dos seguintes participantes: Representantes do Governo: Andréia Figueira
4 Minduca, Coordenadora de Apoio à CONATRAE; Bruno Tempesta, Coordenador-Geral da
5 CGCTE/Secretário Executivo da CONATRAE; Cátia de Araújo Silva, Assistente da CGCTE;
6 Edilene de Faria Santos, Secretária da CGCTE; Eduardo Miranda Freire de Melo, Secretário-
7 Adjunto da SNPG/MMFDH e Presidente da CONATRAE; Herbert Borges Paes de Barros, Diretor
8 da DEPDDH/MMFDH e Coordenador da CONATRAE; Kátia de Carvalho Cavalcanti, Secretária
9 da CGCTE; Maurício Krepsky Fagundes, DETRAE/SIT/MTP; Renata Machado, SNPG/MMFDH;
10 Simone Maciel Sachetto, MTP; Warlei Dias Ribeiro, PRF/MJSP. Representantes de Entidades
11 Privadas Não Governamentais: André Dorster, ANAMATRA; Carlos Eduardo Chaves Silva,
12 CONTAG; Luiz Fabiano de Oliveira Rosa, CNA; Xavier Jean Marie Plassat, CPT –
13 COETRAE/TO. Membros Observadores: Ana Carolina Roman, ANPR; Edmundo Lima, ABVTEX;
14 Fernanda Carvalho, OIT; Francisco Coullanges Xavier, MC; Italvar Filipe de Paiva Medina, MPT;
15 Luís Camargo, ABRAT; Marília Ramos, Repórter Brasil; Maurício Pizarro Drummond,
16 Representando a AMB; Mércia Silva, InPacto; Natália Suzuki, Repórter Brasil; Ricardo Rezende,
17 GPTEC/UFRJ; Samuel de Carvalho Ribeiro, GAB/SNPG; Vera Jatobá, Diretora do SINAIT;
18 Vivian Almeida, ANADEP; Willian Charley C. de Oliveira, DPU; Wilson Corrêa de Araújo Neto,
19 CNI. COETRAEs: Elianildo Nascimento, CODETRAE/DF; Luciana Rabelo de Vasconcelos,
20 COETRAE/CE; Vanessa Lima, COETRAE/PB; Wladsla Oliveira, COETRAE/DF. Outros
21 Participantes: Márcio Luiz Lima, Coordenador do GTI-PCN-ME; Lia Gomes, Secretária de
22 Proteção Social/CE; Felipe Merino, Professor – Secretaria de Justiça/RS; Raquel Bernard,

23 NETP/SP; Marina, instituição não informada. Dando início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1.
24 Abertura: O Sr. Herbert Borges Paes de Barros realizou a abertura da reunião cumprimentando a
25 todos e solicitando que fosse realizada a leitura da pauta. Antes de cumprir a solicitação, o Sr.
26 Bruno Tempesta apresentou o novo membro da equipe da Coordenação-Geral de Combate ao
27 Trabalho Escravo (CGCTE), Sra. Kátia de Carvalho Cavalcanti, que realizou uma breve saudação
28 aos presentes. Prosseguindo, passou-se ao Item 2. Leitura e Aprovação da Pauta do dia, que estava
29 composta pelos seguintes itens: 1. Abertura (Presidência da CONATRAE); 2. Leitura e Aprovação da
30 Pauta do dia; 3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de 03/11/2021 (CGCTE); 4. Atividades da
31 Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE); 5. Plano Nacional de Ações sobre
32 Empresa e Direitos Humanos (MMFDH); 6. Instrumento legal vinculante internacional sobre empresas
33 transnacionais e direitos humanos (MMFDH); 7. Ponto de fala do PCN (MMFDH); 8. Informes:
34 Calendário de Reuniões Ordinárias 2022 (CGCTE); 9. Encerramento. O Sr. Bruno Tempesta
35 informou que a Sra. Andréia Figueira Minduca identificou a necessidade de incluir a apresentação
36 do relatório de atividades realizadas em 2021 pela CONATRAE no Item 8. Informes conforme
37 previsto no Regimento Interno. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva solicitou que fosse incluído
38 como primeiro item de pauta, após a parte formal, a deliberação sobre a nota referente ao orçamento
39 adequado ao combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil em 2022. O Sr. Herbert Borges Paes
40 de Barros solicitou também que fosse realizada uma inversão de pauta assim que houver a presença
41 do convidado externo da Subsecretaria de Investimento Estrangeiro do Ministério da Economia que
42 realizará o Item 7. Ponto de fala do PCN. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat observou que possuem
43 dois documentos pendentes de deliberação, a nota referente ao orçamento e a nota sobre
44 necessidade de realização de concurso público para auditoria fiscal, sendo esclarecido que os dois
45 documentos serão tratados conjuntamente. A Sra. Andréia Figueira Minduca solicitou que fosse
46 incluído também os informes sobre o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho
47 Escravo no Brasil no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sobre a criação de
48 uma nova Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE) no Item 8.
49 Informes. A Sra. Vanessa Lima registrou a necessidade de retomada do GT de Reinserção
50 Socioeconômica das Vítimas de Trabalho Escravo, solicitando que essa discussão fosse realizada. O
51 Sr. Herbert Borges Paes de Barros explanou que essa discussão poderá ser realizada no momento da
52 apresentação do relatório de atividades realizadas pela CONATRAE em 2021. Não havendo mais
53 manifestações contrárias, a pauta foi aprovada pela unanimidade dos presentes com as adequações

54 realizadas. Dando sequência, passou-se ao Item 3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de
55 03/11/2021 (CGCTE): Não havendo retificações, a Ata foi considerada aprovada pela unanimidade
56 dos presentes. Prosseguindo, passou-se ao Item 4. Proposta de nota da CONATRAE que trata da
57 destinação orçamentária adequada ao combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil em 2022 e
58 Proposta de nota da CONATRAE sobre concurso público para auditoria fiscal: O Sr. Bruno
59 Tempesta registrou que as sugestões recebidas ao conteúdo da proposta de nota que trata da
60 destinação orçamentária foram acatadas e o documento submetido novamente aos membros, sendo
61 que receberam, por *e-mail*, cinco manifestações favoráveis e três abstenções. O Sr. Carlos Eduardo
62 Chaves Silva parabenizou os membros pela aprovação da nota, solicitando o apoio da CONATRAE
63 na designação de reuniões com parlamentares estratégicos. Colocou em discussão a possibilidade de
64 marcar uma reunião com o relator setorial da Temática X – Economia, Trabalho e Previdência,
65 Senador Ângelo Coronel, o que foi acatado. A Sra. Vera Jatobá questionou se foi considerada a sua
66 declaração de voto realizada na última reunião, observando que não recebeu o documento por *e-*
67 *mail* com as modificações realizadas. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros explicou que nesse caso
68 seria uma manifestação de adesão à nota, uma vez que apenas são colhidos os votos dos membros.
69 Com relação à nota sobre concurso público para auditoria fiscal, o Sr. Bruno Tempesta lembrou que
70 foi pactuado que a proposta de nota seria elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores
71 na Agricultura (CONTAG), todavia, registrou que não recebeu nenhuma proposta. O Sr. Carlos
72 Eduardo Chaves Silva entendeu que a nota referente ao concurso público já estava elaborada,
73 ponderando que ficou responsável apenas pela elaboração da nota referente ao orçamento. Diante
74 dessa questão, o Sr. Bruno Tempesta solicitou que a discussão fosse suspensa para levantamento e
75 posterior discussão. Registrado que o conteúdo da referida nota foi elaborado e apresentado durante
76 reunião, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros solicitou a Secretaria Executiva que o documento seja
77 encaminhado por *e-mail* para apresentação de aprimoramentos e coleta de votos. Encaminhamento:
78 a) Aprovada, por maioria, a nota da CONATRAE que trata da destinação orçamentária adequada ao
79 combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil em 2022; b) Proposta de nota da CONATRAE
80 sobre concurso público para auditoria fiscal será encaminhada pela Secretaria Executiva por *e-mail*
81 para contribuições até 08 de dezembro e coleta de votos no dia 09 de dezembro de 2021. Seguindo,
82 passou-se ao Item 5. Atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE): O
83 Sr. Bruno Tempesta informou que o Grupo de Discussão criado deliberou pela realização de campanha
84 única no dia 28 de janeiro de 2022 com todos os atores envolvidos por meio de *cards* e de seminário

85 virtual sobre o tema para debate da pauta de enfrentamento ao trabalho escravo. O Sr. André Dorster
86 colocou-se à disposição para participar do Grupo de Discussão representando a Associação dos
87 Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e o Sr. Xavier Jean Marie Plassat discorreu que
88 não foi avisado sobre a existência desse grupo, mas elucidou que se alegra do seu trabalho. Postulou
89 que várias organizações de Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo
90 (COETRAEs) também trabalharam na realização de atividades na mesma data, o que trará conflito
91 de agendas com o seminário. Compartilhou a iniciativa da COETRAE/MT de organização de
92 projeção presencial do filme “Pureza” no dia 28 de janeiro de 2022 em Cuiabá, o qual também será
93 projetado simultaneamente nas cidades de Marabá/PA, de São Luís/MA e de Belo Horizonte/MG.
94 Explanou que a direção do filme está mobilizando a organização de um grupo de trabalho para
95 pensar no lançamento nacional no dia 03 maio de 2022. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva sugeriu
96 que a semana fosse utilizada como referência, antecipando as atividades da CONATRAE para
97 divulgar as atividades das COETRAEs que serão realizadas no dia 28 de janeiro. Sugeriu também
98 que fosse realizada uma reunião extraordinária da Comissão para monitoramento do planejamento
99 da Semana Nacional. O Sr. Italvar Filipe de Paiva Medina solicitou esclarecimentos sobre os
100 avanços referentes à adesão ao Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo e a
101 Sra. Marília Ramos informou que a Comissão Municipal de São Paulo criou um grupo de trabalho e
102 está planejando um evento no dia 28 janeiro. O Sr. Elianildo Nascimento indagou se as COETRAEs
103 e a CODETRAE/DF estariam integradas na programação elaborada e se haverá uma interlocução
104 com a atividade organizada pelos auditores-fiscais do trabalho para que não haja conflito de horário.
105 A Sra. Vera Jatobá relatou que o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT)
106 ainda não definiu a realização da atividade presencial com os auditores-fiscais, ponderando que
107 estão engajados na programação da CONATRAE, mas registrou que, normalmente, é elaborada
108 uma programação específica junto aos poderes judiciários sobre os casos específicos de chacina. O
109 Sr. Bruno Tempesta recordou que houve a pactuação de encaminhar circular via *e-mail* para que
110 todos os interessados a participar do Grupo de Discussão se manifestassem, sendo que a primeira
111 reunião foi marcada para o dia 29 de novembro, às 10h. Elencou os presentes na reunião, na qual
112 foram debatidos vários pontos. Com relação à adesão ao Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas
113 de Trabalho Escravo, arrazoou que foram iniciadas reuniões bilaterais com algumas instituições que
114 estão sendo bem frutíferas, explicando que será criado um documento padrão para informar sobre a
115 importância da adesão ao Fluxo Nacional. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat externou a sua

116 perplexidade com a existência de várias demandas que podem conflitar e neutralizar, em parte, a
117 eficiência e a visibilidade das atividades, solicitando que refletissem e buscassem alternativas que
118 não comprometam a realização das demais iniciativas. A Sra. Andréia Figueira Minduca propôs que
119 fosse solicitado às instituições e às COETRAEs o envio da relação das atividades que serão
120 realizadas para elaboração de planilha para verificar a melhor compatibilização de datas a fim de
121 que todos os eventos tenham sucesso. Externadas todas as opiniões e as manifestações, definiu-se o
122 seguinte encaminhamento: Realização de reunião do Grupo de Discussão no dia 13 ou 16 de
123 dezembro de 2021 (a definir), a partir das 14h, para definição e alinhamento das atividades da
124 Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Prosseguindo, passou-se ao Item 6. Plano Nacional
125 de Ações sobre Empresa e Direitos Humanos (MMFDH): O Sr. Herbert Borges Paes de Barros
126 contextualizou o debate realizado referente à temática empresa e direitos humanos, destacando que
127 o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU) aprovou a criação de um Grupo
128 de Trabalho composto por especialistas de várias partes do mundo com o papel de promover os
129 princípios orientadores dos direitos humanos e acompanhar situações específicas de violação de
130 direitos no ambiente corporativo. Discorreu que há uma orientação para que os países organizem
131 Planos Nacionais de Ações sobre Empresa e Direitos Humanos, criando uma conscientização de
132 que as corporações podem e devem contribuir para a efetivação dos direitos humanos. Acrescentou
133 que os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos se relaciona com as Diretrizes
134 para as Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
135 Econômico (OCDE) e com a Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e
136 Política Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os quais têm guiado a atuação de
137 alguns países nessa temática. Relatou que, como parte do esforço de promover a adoção de um
138 Plano Nacional de Ações pelos países, a União Europeia reuniu recursos e está financiando o
139 projeto de Conduta Empresarial Responsável na América Latina e no Caribe (CERALC),
140 implementando-o conjuntamente com Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos
141 (ACNUDH) da ONU, com a OCDE e com a OIT. Explanou que o governo brasileiro buscou
142 estabelecer polos de diálogos com essas três agências para implementação do projeto CERALC no
143 Brasil, salientando que foi criado um grupo para movimentar a temática internamente, o qual
144 decidiu por avançar na estruturação de um processo para a elaboração do Plano Nacional sobre
145 Ações sobre Empresas e Direitos Humanos. Arrazou que, em sua opinião, a Política Nacional de
146 Erradicação do Trabalho Escravo é a ação mais estruturada em relação à temática, por isso trouxe

147 essa apresentação. Nesse sentido, informou que deverá ser constituído um Grupo de Trabalho com a
148 incumbência de apoiar o MMFDH na elaboração do plano nacional e que está sendo estruturada a
149 contratação de uma consultoria no âmbito de um projeto com o Programa das Nações Unidas
150 para o Desenvolvimento (PNUD) para favorecer o diálogo de multi-atores no processo de
151 construção. Explicou que o início desse processo deve se dá com a alteração no Decreto nº
152 9.571/2018 que estabeleceu as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, para que o
153 Comitê de Acompanhamento e Monitoramento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos
154 Humanos passe a coordenar o processo de diálogo com vista à produção de um amplo diagnóstico
155 sobre a temática no Brasil e à elaboração da proposta do plano nacional. Notificou que estão
156 aguardando uma manifestação do Ministério de Minas e Energia para fazer o encaminhamento
157 dessa proposta ao Palácio do Planalto. Ilustrou que trouxe esse tema para motivar os atores
158 presentes para o engajamento nesse processo que deve ser iniciado no primeiro semestre de 2022.
159 Abrindo para manifestações, o Secretário Eduardo Miranda Freire de Melo enfatizou que foram
160 realizados cinco fóruns chamados “Responsabilize-se” sobre a temática, disponibilizando os seus
161 *links* para conhecimento dos membros. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva compreendeu que a
162 CONATRAE precisa colaborar com o tema, sugerindo realizar uma atividade específica para
163 conhecimento do tema e entendimento sobre a composição do grupo. Externou a sua preocupação
164 com relação à realização das oitivas dos trabalhadores e à sua representação. O Sr. Herbert Borges
165 Paes de Barros observou que o tema envolve todos os *stakeholders*, os quais serão os motivadores
166 do debate junto aos grupos. Acolheu a proposta de realização de uma atividade específica e
167 explanou que há uma ligação muito forte com o debate sobre a *Environmental, Social and*
168 *Governance* (ESG), informando que o MMFDH tem buscado elaborar um portfólio de iniciativas
169 em curso no âmbito do governo federal sobre o tema. Registrou que o Banco Central do Brasil
170 soltou uma nova resolução relacionada à gestão de riscos em ESG reforçando a análise da lista cuja
171 como ponto de referência na pauta do trabalho escravo e infantil. Seguindo, passou-se ao Item 8.
172 Ponto de fala do PCN (MMFDH): O Sr. Herbert Borges Paes de Barros ponderou que, no âmbito do
173 CERALC, há uma ênfase sendo implementada pela OCDE que trata dessa temática como Conduta
174 Empresarial Responsável (CER), a qual possui diversos subtítulos e abordagens relacionadas às
175 questões de disponibilização de informações, de direitos humanos, de trabalho, de direito do
176 consumidor e entre outros. No âmbito do debate, explanou que uma das ênfases é a criação de um
177 órgão que funciona como Ponto de Contato Nacional (PCN) da pauta de CER, que realiza

178 simultaneamente a promoção das diretrizes da OCDE e é o lócus de acolhimento de alegações de
179 descumprimento dessas diretrizes por parte de empresas multinacionais. Informou que esse tema, no
180 âmbito do Estado Brasileiro, está localizado na Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos
181 Internacionais do Ministério da Economia (SECINT-ME), na qual está situada a Secretaria
182 Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e a Subsecretaria de Investimentos
183 Estrangeiros. Explicou que essa Subsecretaria acolhe o Grupo de Trabalho Interministerial do Ponto
184 de Contato Nacional da OCDE em relação à Conduta Empresarial Responsável, elemento chave da
185 pauta de empresas e direitos humanos. Passando a palavra, o Sr. Márcio Luiz Lima comentou sobre
186 as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, ressaltando que os PCNs são um
187 mecanismo estabelecido em 2010 para auxiliar na implementação dessas diretrizes. Relatou que, no
188 Brasil, o PCN foi criado em 2003 por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado
189 pelo Ministério da Fazenda naquela ocasião. Em 2019, na transição de governo, o PCN foi
190 transferido para a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da
191 Economia. Explicou que os membros do GTI auxiliam nas tarefas de divulgação das diretrizes e no
192 alinhamento das Políticas de CER, além de atuar em muitos casos como relator de algumas
193 instâncias específicas. Elencou algumas iniciativas realizadas pelo PCN, finalizando a sua
194 explanação. Abrindo para manifestações, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros solicitou que fosse
195 compartilhado o calendário do processo de elaboração do Plano de Ação em Conduta Empresarial
196 Responsável (PACER), explicando que esse plano possui uma relação próxima ao Plano Nacional de
197 Ações sobre Empresa e Direitos Humanos. Mencionou que o papel do PCN de acolher alegações de
198 descumprimento das diretrizes é uma ferramenta que pode ser relevante para a CONATRAE. O Sr.
199 Márcio Luiz Lima esclareceu que o PCN do Brasil elabora recomendações de ações para as
200 multinacionais instaladas no país, salientando que há um *follow-up* a ser seguido após a finalização
201 do procedimento. Compartilhou a informação de que há 15 instâncias em curso, destacando que a
202 maioria se refere às questões relacionadas aos direitos humanos. A Sra. Marília Ramos questionou
203 se há a publicação dos achados do *follow-up* e se atores que realizaram as alegações são ouvidos. O
204 Sr. Márcio Luiz Lima respondeu que os achados são publicados no *site* do PCN e que todas as
205 partes do processo são consultadas. Feitos todos os esclarecimentos aos questionamentos realizados,
206 o Sr. Herbert Borges Paes de Barros ressaltou que os trabalhos relacionados ao PCN são muito
207 importantes por estabelecer critérios relevantes de observação de direitos humanos para as empresas
208 brasileiras no contexto da sua atuação. Dando sequência, passou-se ao Item 7. Instrumento legal

209 vinculante internacional sobre empresas transnacionais e direitos humanos (MMFDH): O Sr. Herbert
210 Borges Paes de Barros informou que está sendo debatida uma proposta no âmbito do CDH/ONU
211 para criação de uma espécie de tratado internacional sobre empresas transnacionais e direitos
212 humanos com o propósito de estabelecer um regramento internacional sobre como lidar com
213 empresas que possuem violações de direitos humanos no seu contexto de atuação. Acrescentou que
214 há um debate sobre a possibilidade de judicialização transnacional de casos, solicitando que seja
215 disponibilizado pelo *chat* o *link* do Grupo de Trabalho que está elaborando esse tratado para
216 conhecimento dos membros. Colocou-se à disposição para um diálogo direto caso haja o interesse
217 específico de algum membro da Comissão. Prosseguindo, passou-se ao Item 9. Informes: Com
218 relação ao Calendário de Reuniões Ordinárias 2022 (CGCTE), o Sr. Bruno Tempesta informou que
219 estão propondo que as reuniões de 2022 sejam realizadas as quartas-feiras para facilitar a efetivação de
220 ações necessárias para a sua execução e de outras demandas. Em seguida, apresentou a seguinte
221 proposta de calendário de reuniões ordinárias 2022: 1ª Reunião Ordinária - 23/02/2022 (quarta-feira),
222 14h30 às 18h30; 2ª Reunião Ordinária - 27/04/2022 (quarta-feira), 14h30 às 18h30; 3ª Reunião
223 Ordinária - 29/06/2022 (quarta-feira), 14h30 às 18h30; 4ª Reunião Ordinária - 31/08/2022 (quarta-feira),
224 14h30 às 18h30; 5ª Reunião Ordinária - 26/10/2022 (quarta-feira), 14h30 às 18h30; 6ª Reunião
225 Ordinária - 07/12/2022 (quarta-feira), 14h30 às 18h30. Não havendo considerações, o calendário foi
226 considerado aprovado pela unanimidade dos presentes. Prosseguindo, a Sra. Andréia Figueira Minduca
227 apresentou o relatório de atividades realizadas em 2021 pela CONATRAE, destacando: realização
228 de seis reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias; realização da Semana Nacional de
229 Combate ao Trabalho Escravo; coordenação de grupos de discussão; aprovação de instrumentos da
230 CONATRAE; atualização do Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo; avanços do
231 Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Brasil; realização de
232 capacitações; articulação e fortalecimento das COETRAEs; interinstitucionalidade; participação
233 social e transparência; transversalidade; publicações; e tarefas rotineiras. Com relação às pendências
234 existentes, observou que há a necessidade de retomar as discussões do Grupo de Trabalho de
235 Reinserção Socioeconômica das Vítimas de Trabalho Escravo e a implementação do Grupo de
236 Trabalho sobre o Trabalho Doméstico. O Sr. Bruno Tempesta complementou discorrendo que a
237 CONATRAE participou da elaboração de notas técnicas de assuntos relevantes, de reuniões
238 bilaterais e do I Encontro Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no SUAS. O Sr. Herbert
239 Borges Paes de Barros parabenizou e agradeceu a Coordenação-Geral da CGCTE pelo trabalho
240 realizado, abrindo para manifestações. A Sra. Vanessa Lima salientou a necessidade de trabalhar a

241 pauta de reinserção socioeconômica das vítimas de trabalho escravo, estabelecendo, talvez,
242 diretrizes ou acrescentando essa questão no fluxograma com o SUAS. Compreendeu que esse
243 trabalho deve avançar em conjunto com a fiscalização, ponderando que é salutar avançar nas pontas
244 que ainda estão soltas. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros observou que o tema traz duas
245 questões, a primeira em relação à retomada do trabalho com as empresas referente à oferta de vagas
246 e capacitações e a segunda de revisão e aperfeiçoamento do fluxo por essa Comissão. O Sr. Xavier
247 Jean Marie Plassat relatou que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) está sentindo muito a falta de
248 uma reflexão aprofundada sobre as sequências de carências que fazem o trabalhador migrar para
249 uma situação de risco. O Sr. Bruno Tempesta informou que, desde a última reunião, estão tentando
250 alinhar as agendas com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para ter uma reunião
251 bilateral para tratar sobre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. A Sra. Vanessa Lima intuiu que
252 a questão da reinserção socioeconômica é muito complexa e urgente e deve contemplar para além
253 de cursos profissionalizantes e do diálogo com o SINAIT. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros
254 recordou outros pontos pendentes como o desdobramento da pesquisa de ações judiciais e o Grupo
255 de Trabalho para elaboração do III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo,
256 discorrendo que as anotações das últimas reuniões serão revistas para que possam apresentar uma
257 proposta de plano de ação para 2022 na próxima reunião. O Sr. Felipe Merino compreendeu que
258 apenas três parcelas de Seguro-Desemprego não são suficientes para a recuperação física e
259 psicológica dos trabalhadores resgatados. Informou sobre o projeto que está trabalhando no Rio
260 Grande do Sul, o qual criará uma casa de acolhimento para os trabalhadores resgatados que não
261 possuem condições de reintegração, ponderando que, além desse acolhimento, buscarão parceiras
262 com cursos profissionalizantes. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat apresentou o ofício encaminhado
263 ao Procurador-Chefe da União no Maranhão, Sr. Fabrício Santos Dias, com o Ofício nº
264 00253/2019/GAB/CONJUR-MDH/CGU/AGU em anexo, o qual informa a realização de depósito
265 pelo Juiz da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, em 26 de agosto corrente, do valor
266 de R\$ 121.000,00 referente à indenização definida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos
267 (CIDH) para a vítima de uma fiscalização em 1997, que ainda não houve uma decisão final por
268 parte do juiz federal. Diante essa situação e outras nesse mesmo sentido, lembrou que foi criado o
269 Grupo de Trabalho para examinar vários tipos de situações, inclusive, a situação mais preocupante
270 de não localização de todos os beneficiários da Sentença Fazenda Brasil Verde. Salientou a
271 necessidade de realizar uma ação junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitando a

272 elaboração de uma orientação aos juízes federais conforme deliberado na reunião anterior. O Sr.
273 Bruno Tempesta informou que o Grupo de Trabalho se reuniu no dia 24 de novembro e avançou na
274 temática relacionada às vítimas localizadas que não receberam a indenização, sendo que foi
275 deliberado pela continuidade do Grupo de Trabalho e pela elaboração de um extrato sobre as 128
276 vítimas para atuação nos gargalos existentes. O Sr. Willian Charley C. de Oliveira recordou que foi
277 sugerida a realização de uma petição conjunta entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e a
278 Defensoria Pública da União (DPU) para facilitar o pagamento das indenizações. A Sra. Mércia
279 Silva externou a sua preocupação com relação à PEC dos Precatórios, entendendo que devem
280 definir uma estratégia para que as indenizações sejam efetivamente recebidas. Prosseguindo ao
281 informe sobre o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Brasil no
282 âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o Sr. Francisco Coullanges Xavier
283 informou que foi realizado, no dia 02 de dezembro de 2021, o I Encontro Nacional de Combate ao
284 Trabalho Escravo no SUAS, destacando que foram lançados dois vídeos instrucionais, um sobre
285 trabalho escravo e outro sobre o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo
286 no Brasil, disponibilizando os seus *links* de acesso. Com relação ao informe sobre a criação de uma
287 nova COMTRAE, a Sra. Andréia Figueira Minduca relatou que receberam a informação da OIT da
288 criação da COMTRAE do município de São Raimundo das Mangabeiras/MA por meio da
289 articulação da COETRAE/MA juntamente com apoio técnico da OIT. Prosseguindo, passou-se ao
290 Item 10. Encerramento: Sem mais nada a tratar, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros e o Secretário
291 Eduardo Miranda Freire de Melo agradeceram a participação e o trabalho realizado por todos,
292 encerrando Reunião Ordinária Virtual da CONATRAE.